

## Processos Seletivos para Cursos Populares: Experiência do CARDUME diante à pandemia

Selection Processes for Popular Courses: CARDUME's experience in the face of the  
pandemic

EDUARDO SANTOS<sup>1</sup>, MARCELO DOMINGUES ROMAN<sup>2</sup> e EDUARDO RODRIGUES  
DA SILVA<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v2i1p93-116>

**RESUMO:** O termo equidade social significa reconhecer a existência de graus diferentes de vulnerabilidade e necessidade, de modo a tratar as condições desiguais na medida de sua desigualdade. Contudo, perseguir a equidade social e ao mesmo tempo selecionar educandos mantém-se como uma tarefa simultaneamente ingrata e necessária para a maior parte dos cursinhos populares, dadas suas capacidades limitadas de atendimento. Este artigo apresenta reflexões sobre a seleção de educandos realizada pelo Cursinho Popular Cardume em dois momentos distintos: a primeira realizada anteriormente à pandemia de COVID-19, no ano de 2020, e a segunda

---

<sup>1</sup> Eduardo Henrique Moraes Santos, [ehm.santos@unifesp.br](mailto:ehm.santos@unifesp.br), Brasil, <http://lattes.cnpq.br/9612970250573758>, <https://orcid.org/0000-0002-8000-9552>. Assistente Social na prefeitura de Osasco/SP, atualmente vinculado ao Serviço de Família Acolhedora. Possui experiência profissional como docente na UFES e como educador popular no Cardume – UNIFESP. Mestre em Serviço Social pela UNIFESP (2020), Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFABC (2022) e graduado em Serviço Social pela UFTM (2019). Doutorado em Serviço Social (PUC SP) e em Políticas Públicas (UFABC) em andamento.

<sup>2</sup> Marcelo Domingues Roman, [mdroman@unifesp.br](mailto:mdroman@unifesp.br), Brasil, <http://lattes.cnpq.br/0228792315328026>, <https://orcid.org/0000-0001-8978-5315>, Docente do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da UNIFESP – Campus Baixada Santista - e coordenador do cursinho popular Cardume da mesma instituição. Doutor (2007) e mestre (2001) em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, tendo realizado estágio de doutoramento na Faculty of Education da York University, Toronto, Canadá, e pós-doutorado na Danish School of Education da Aarhus University, Copenhagen, Dinamarca. É graduado pelo Instituto de Psicologia da USP, com licenciatura pela Faculdade de Educação da USP e aprimoramento pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Tem experiência nas áreas de Psicologia e Educação, com ênfase em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescência em conflito com a lei, cotidiano escolar, análise institucional, etnografia das práticas educacionais, educação inclusiva e coordenação pedagógica.

<sup>3</sup> Eduardo Rodrigues da Silva, [eduardo.silva@unifesp.br](mailto:eduardo.silva@unifesp.br), Brasil, <https://lattes.cnpq.br/1786185004291385>, <https://orcid.org/0000-0003-3574-589X>. Docente no ensino superior da FATEC-RL e de Cursos Populares (Cardume-UNIFESP, CPVAM-USP e Educafro-PG). Secretário Executivo (UNIFESP). Mestre em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Especialista em Neuropsicopedagogia (Favenni); Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (UFF) e em Pedagogia Empresarial (FIJ). Bacharel e Licenciado em Letras e Linguística (USP).

realizada durante esse período de crise sanitária, em 2021. Pautou-se por pesquisa bibliográfica e documental com análise quantitativa e qualitativa. Como resultado, entendeu-se que a pandemia influenciou no reordenamento dos instrumentos de seleção do citado cursinho popular neste território frente a conjuntura emergencial posta, consolidando uma bagagem técnica e histórica do espaço para assegurar a continuidade da oferta do curso pré-vestibular para o público alvo que, em consequência, viabilizou mudanças no perfil das/dos candidatas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Cursinhos populares; Processo seletivo; COVID-19.

**ABSTRACT:** The term social equity means recognizing the existence of different degrees of vulnerability and need, in order to treat unequal conditions to the extent of their inequality. However, pursuing social equity and at the same time selecting students remains a task that is both ungrateful and necessary for most popular pre-college courses, given their limited service capabilities. This article presents reflections on the selection of students carried out by the Cursinho Popular Cardume at two different times: the first carried out before the COVID-19 pandemic, in 2020, and the second carried out during this period of health crisis, in 2021. Pautou through bibliographic and documentary research with quantitative and qualitative analysis. As a result, it was understood that the pandemic influenced the reordering of the selection instruments of the aforementioned popular prep course in this territory in the face of the emergency situation, consolidating a technical and historical baggage of the space to ensure the continuity of the offer of the pre-university course for the public. which, as a result, enabled changes in the profile of the candidates.

**KEYWORDS:** Education; Popular courses; Selection process; COVID-19.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. O CARDUME: Uma proposta educacional nadando no litoral paulista; 3. (Re)pensando os instrumentos de seleção do CARDUME; 4. O processo seletivo e a realidade social das/os candidatas; 5. Conclusões; 6. Referências

## 1. Introdução

Os obstáculos de acesso à formação universitária é uma das inúmeras manifestações do fosso existente entre as classes sociais no Brasil (OSÓRIO, 2010). Apesar dos esforços para a democratização do ensino superior (NUNES, 2018), obter um diploma universitário ainda é, em grande medida, prerrogativa de quem pode pagar por uma educação básica de qualidade e, muito frequentemente, também, por um cursinho pré-vestibular de renome.

Políticas afirmativas de acesso e permanência na universidade e a militância, cada vez mais marcante, de cursinhos pré-vestibulares gratuitos ou a preços módicos, voltados às classes populares, têm se mostrado como valiosos instrumentos de luta para a reversão dessa desigualdade educacional. Muitos destes cursinhos, justamente por encarnar os interesses das classes a que se dedicam, encontram na educação popular um cabedal de reflexões e práticas que orientam para além da preparação para o vestibular ou para o Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM), incorporando em seus objetivos e métodos a formação de consciência crítica ou a educação para a emancipação.

Contudo, selecionar seus educandos mantém-se como uma tarefa simultaneamente ingrata e necessária para esses cursinhos, dadas suas capacidades limitadas de atendimento. Desafio que se amplia no contexto de pandemia de COVID-19, instaurada no Brasil a partir de 2020, provocando mudanças nos fluxos de trabalho das instituições para conter a doença, incluindo os cursinhos populares, e rebatimentos sanitários, sociais e econômicos na população brasileira (NASSER, et. al., 2021).

O cursinho popular Cardume, presente no território do litoral paulista, é um exemplo entre diversos outros cursinhos que vivenciaram - e ainda vivenciam - o contexto demarcado pela COVID-19. Provocado pela pandemia, para além da adaptação das aulas presenciais/remotas, o processo seletivo também passou por um processo de revisão e adequação à realidade social vigente para viabilizar a continuidade deste trabalho - voluntário - frente ao objetivo de democratização do ensino superior.

Para refletir sobre esse momento do cursinho popular do Cardume, com foco na seleção dos novos educandos, o presente artigo analisou o instrumento de seleção presencial aplicado no início de 2020, pré-pandemia no Brasil, e o instrumento aplicado à distância em 2021, realizado em concomitância à crise sanitária, a partir de textos e documentos analisados pela ótica quantitativa e qualitativa. A discussão está organizada em três tópicos, para além desta introdução e da conclusão, sendo: 1) O CARDUME: Uma proposta educacional nadando no litoral paulista; 2) (Re)pensando os instrumentos de seleção do CARDUME; e 3) O processo seletivo e a realidade social das/os candidatas.

## **2. O CARDUME: Uma proposta educacional nadando no litoral paulista**

O cursinho pré-vestibular e popular denominado Cardume pertence à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e está estruturado como um projeto de extensão vinculado ao campus da Baixada Santista desde 2014. Tem como educadores, em sua maioria, graduandos

dos cursos ali oferecidos, contando também com a participação de voluntários da região (geralmente professores da rede pública de ensino), além de docentes, servidores técnicos-administrativos e pós-graduandos do mesmo campus e de outras universidades.

Organizado com vistas a preparar seus educandos para a realização do ENEM, o Cardume assumiu, desde o início, a educação popular freireana como principal orientação teórico-metodológica, imbuindo-se, assim, de valores imprescindíveis à educação como prática emancipatória. Entre esses valores, cumpre destacar a forma dialógica como princípio básico da ação educativa, a horizontalidade nas relações educadores-educandos, a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, a conexão dos conhecimentos acadêmicos entre si e com a realidade social, o estímulo ao questionamento, à consciência das injustiças sociais e à capacidade humana de superar-se, construindo novas formas de si e de funcionamento social (FREIRE, 1987).

Como esta forma de se pensar e fazer educação está ausente na esmagadora maioria das instituições educacionais pelas quais educandos e educadores do Cardume têm passado, incluída aí a própria universidade, é um grande desafio não reproduzir formas alienantes de educação, calcadas em relações de mando e obediência, de “decoreba” sem sentido e de sufocamento de capacidades políticas e criativas, inerentes aos seres humanos. Para fazer frente a esse desafio da não-reprodução, educandos e educadores se põem a estar juntos todas as noites da semana, para aprenderem e ensinarem não só o que “cai” no ENEM, mas também contextos mais amplos em que esses conhecimentos ganham sentido, buscando assim lerem o mundo em que vivem e a si mesmos nesse mundo.

Educandos são convidados a abandonarem a posição passiva com que eram forçados a ocuparem os bancos escolares; educadores são instigados a construir formas criativas de diálogo entre conhecimentos científicos e as necessidades educacionais dos sujeitos a quem militante e carinhosamente se dedicam, estreitando relações de afeto, respeito e reconhecimento.

Está longe de ser fácil, trata-se de um constante desafio, com erros e acertos que se estabelece no conjunto das relações, ações e reflexões desse processo de educação pré-

vestibular e popular, especialmente no contraditório momento de seleção, permeado por inclusão e exclusão, impulsionado pelos limites estruturais e de recursos humanos que condicionam a uma quantidade específica de vagas, no caso do Cardume de 120 vagas por seleção.

Como discutem Pereira, Raizer e Meirelles (2010), a proposta do cursinho pré-vestibular de contribuir com o acesso de grupos sociais em vulnerabilidades ao ensino superior, espaço historicamente negado a grande parte da população brasileira, deve ser interpretada como horizonte para as ações destes espaços, incluindo o processo seletivo. A partir deste princípio, apontar quem deve ser selecionado ou não irá perpassar por dimensões de caráter socioeconômico baseado na realidade social de cada momento em que o instrumental em questão será aplicado.

Em 2021, com a pandemia de COVID-19, instaura-se um novo momento para a realidade social considerando a crise sanitária com rebatimentos sociais e econômicos para a população. O citado contexto provoca espaços como os cursinhos populares e, na realidade do Cardume, o processo seletivo encontrou-se provocado e submetido a adaptações, realizado integralmente a distância, exigindo novas estratégias dos educadores populares.

### **3. (Re)Pensando os Instrumentos de Seleção do CARDUME**

O instrumento de seleção dos educandos para ingresso no cursinho popular “CARDUME” foi sendo desenvolvido ao longo das edições, iniciando-se na formulação do questionário de autopreenchimento, com os devidos alertas quanto à veracidade das informações, baseando-se em um instrumento desenvolvido pelo Centro de Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal de São Paulo (CEDH-UNIFESP).

Antes da adaptação emergencial do instrumento, como consequência do isolamento social para o controle da pandemia da COVID-19 (FARIAS, 2020), a seleção do CARDUME organizava-se em duas partes. No primeiro momento era colhido as informações pessoais e familiares dos candidatos, para fins de composição da análise socioeconômica que, por sua vez,

continua sendo o principal critério de acesso ao cursinho. Enquanto o segundo momento volta-se para avaliar o nível de escrita dos candidatos, porém não como um critério classificatório ou eliminatório, mas como um meio de identificação preliminar das possíveis necessidades educacionais a serem trabalhadas ao longo da permanência do educando no mencionado cursinho popular.

Deste modo, no âmbito da seleção, compreende-se que há uma centralidade no campo da condição social e econômica da população, tornando-os elementos determinantes no ingresso ou não ingresso do candidato no mencionado cursinho. A metodologia usada baseou-se em critérios classificatórios e eliminatórios, direcionando o ingresso de estudantes egressos da escola pública que ainda não adentraram no ensino superior.

A Figura 1 representa o instrumento físico que era usado nos processos seletivos presenciais, com as respectivas perguntas aos candidatos, incorporando as dimensões acima mencionadas.



Figura I - Instrumental físico de seleção CARDUME



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

## Questionário de Pesquisa

### IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_ anos Nacionalidade: ( ) Brasileiro(a) ( ) Outra: \_\_\_\_\_  
Gênero: ( ) masculino ( ) feminino ( ) outro: \_\_\_\_\_  
Raça/Etnia: ( ) preto ( ) branco ( ) pardo ( ) amarelo ( ) indígena ( ) outra: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Trabalha? ( ) não ( ) sim. Em que cidade? \_\_\_\_\_

### DADOS GERAIS

Estado civil: ( ) casado(a) ( ) separado(a) ( ) solteiro(a) ( ) divorciado(a) ( ) mora com companheiro(a) ( ) outro: \_\_\_\_\_  
Filhos: ( ) não ( ) sim Quantos? \_\_\_\_\_ Está estudando? ( ) não ( ) sim Se sim, em que horário? \_\_\_\_\_  
Em que cidade? \_\_\_\_\_ Se não, há quanto tempo está sem estudar? \_\_\_\_ anos  
Que escola estudou no ensino fundamental? \_\_\_\_\_ Em qual(is) escola(s) estuda ou estudou no ensino médio?  
\_\_\_\_\_ ( ) escola pública ( ) escola privada – com bolsa ( ) escola privada – sem bolsa  
Em que período estudou o último ano do ensino médio? ( ) Noturno ( ) Vespertino ( ) Matutino Já fez cursinho pré-vestibular?  
( ) não ( ) sim Se sim, qual cursinho? \_\_\_\_\_ Em que ano? \_\_\_\_\_ Já fez faculdade? ( ) não ( ) sim

### FAMÍLIA E HABITAÇÃO

Em que tipo de habitação reside? ( ) casa ( ) apartamento ( ) habitação coletiva (pensão, hotel, etc.) ( ) outros Qual? \_\_\_\_\_  
Quantas pessoas moram com você? \_\_\_\_ Quantos dormitórios a residência possui? ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) mais de 3 Quantos? \_\_\_\_  
O imóvel é: ( ) alugado ( ) próprio ( ) próprio – em financiamento. Como você considera suas condições de moradia? ( ) boas  
( ) razoáveis ( ) precárias.

Preencha no quadro abaixo os dados sobre as pessoas que moram com você também as que não moram, mas contribuem com o orçamento doméstico:

Grau de Parentesco	Profissão	Mora com você?	Escolaridade	Contribui para o orçamento doméstico?
		( ) sim ( ) não		( ) sim ( ) não
		( ) sim ( ) não		( ) sim ( ) não
		( ) sim ( ) não		( ) sim ( ) não
		( ) sim ( ) não		( ) sim ( ) não

A família recebe benefício/programa social (bolsa família, cesta básica, etc.)? ( ) não ( ) sim Qual(is)? \_\_\_\_\_

Algum dos familiares que moram com você possui doença incapacitante? ( ) não ( ) sim. Se sim, quem?  
\_\_\_\_\_ Qual doença? \_\_\_\_\_

Possui acesso à internet? ( ) não ( ) sim. Se sim, onde? ( ) casa ( ) lan house ( ) casa de amigos ( ) celular ( ) outro lugar: \_\_\_\_\_

Fonte: UNIFESP/CARDUME (2020).

Como é visto na Figura 1, as questões socioeconômicas voltam-se para o objetivo de identificar o contexto familiar, as condições estruturais e sanitárias de habitação, balizados em indicadores de vulnerabilidade social (CUTTER; FERREIRA. 2011), de modo a construir uma classificação de acesso ao cursinho. Assim, cada questão equivale a uma determinada pontuação - visível apenas para a comissão interna do CARDUME - e, após a designação dos pontos, forma-se uma lista dos candidatos, possibilitando a primeira lista de convocados e as subsequentes listas de espera.

Por outro lado, o segundo momento do processo seletivo presencial, que sua vez não influencia nos critérios de classificação do candidato, é composto por uma proposta de redação, em formato dissertativo, com textos motivadores para a reflexão. Como segue a figura a seguir:



**Figura II** - Proposta de redação no processo seletivo presencial



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
CURSINHO POPULAR "CARDUME"  
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - UNIFESP/BS



## PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base nos dois textos motivadores e na charge abaixo, produza um texto dissertativo que reflita o acesso ao ensino superior nas universidades públicas brasileiras, levando em consideração sua própria trajetória pessoal, suas expectativas, histórias de conhecidos, etc.

### Textos motivadores

1) O ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. (...) Além da forma presencial, em que o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações, ainda é possível formar-se por ensino a distância (EAD). Nessa modalidade, o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet. (...) A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), órgão do Ministério da Educação (MEC), é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida para garantir a qualidade dos cursos superiores do País. (Saiba como funciona o Ensino Superior no Brasil. Acesso: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>)

2) Desde o meu ensino médio eu vivo em um grande desconforto com o ensino brasileiro, que durante toda a minha vida se deu de uma maneira precária e extremamente desinteressante, toda a instituição de educação falhou comigo e eu só tinha interesse de passar de ano e sair logo. O que me interessou sobre o cursinho popular é a proposta de uma educação libertária e o objetivo de construir coletivamente um ensino de maior qualidade e tudo isso fez muito sentido pra mim. Eu estou estudando pro vestibular e eu preciso aprender muito conteúdo em muito pouco tempo, mas o vestibular é uma prova injusta que exige um amplo e muitas vezes abstrato conhecimento que nós simplesmente não temos, exatamente por termos passado por instituições educacionais que fracassaram com a gente. Portanto, estar em um ambiente que se importe com o meu aprendizado foi muito significativo. (relato de Hemilyn ao site: <http://www.revistacapitolina.com.br/como-e-estudar-em-um-cursinho-popular/>).



Fonte: UNIFESP/CARDUME (2020).

Ressalta-se que o intuito da mencionada proposta de texto é puramente pedagógico, uma vez que a partir desta prática é possível identificar domínios didáticos, concepções políticas

e sociais do candidato e sua atual capacidade de articulação interdisciplinar (CARVALHO, 2014), de modo a contribuir com a gestão do CARDUME em direcionar as futuras ações e esforços do cursinho nos desafios pedagógicos que se manifestam nos novos educandos selecionados.

Em outro aspecto do processo seletivo de 2020, a presença do candidato à UNIFESP, local que sedia o CARDUME, era um critério eliminatório, o que permitia realizar orientações para o preenchimento do instrumento e, de mesmo modo, responder às possíveis dúvidas dos inscritos. A Figura 3 registra este momento da edição de 2020. Esta foto foi tirada pela equipe do cursinho e o rosto dos candidatos foi desfocado, com o intuito de preservar a identidade.

**Figura III** - Participação no processo seletivo presencial



Fonte: UNIFESP/CARDUME (2020).

Para o ano de 2021, com a necessidade do distanciamento social como uma medida sanitária, o processo seletivo para ingresso no cursinho ocorreu de forma inteiramente remota, exigindo uma adaptação do instrumento à aplicação do processo de seleção que, por sua vez, foi baseada em um questionário online.

Diante do novo momento para este cursinho, com as aulas também ocorrendo *online*, houve a inclusão de um novo critério eliminatório: o acesso a equipamento com tecnologia que possibilite a participação nas aulas – seja na própria residência ou de um familiar. Pois o CARDUME, como um projeto de extensão totalmente gratuito, sem captação de recursos ou aporte financeiro educacional, não possui a mesma estrutura de assistência estudantil para seus educandos do qual dispõe os universitários da UNIFESP, tendo em vista que esta política é voltada aos estudantes de graduação (PNAES, 2010). Logo, acessar as aulas remotas torna-se um requisito para o ingresso, de responsabilidade do próprio candidato.

Destarte, para o novo formato do instrumento, usou-se a plataforma do Google formulário, na modalidade que permite a pontuação por perguntas baseado em uma proporção de dez pontos por questão, distribuída entre as alternativas. A ideia desta metodologia surge diante da necessidade de simplificar o entendimento e a leitura das respostas, considerando uma possível alta na procura pelo CARDUME, padrão identificado ao longo das edições.

Deste modo, partindo do instrumental original com suas devidas adaptações em formato, aproveitou-se para atualizar algumas perguntas, incluindo o nome social, de modo a contemplar candidatos transexuais e transgênero, atribuindo-se uma pontuação adicional para estes inscritos, considerando a desigualdade educacional, econômica e social deste grupo na sociedade brasileira (TASSIGNY; LUZ, 2019) e os objetivos políticos deste curso preparatório para o vestibular em contribuir com a democratização do ensino superior.

Já na parte da análise socioeconômica, por sua vez, preocupou-se em detalhar o questionário, dividindo-a em perguntas mais específicas, visando respostas assertivas nas questões, uma vez que não haveria um instrutor presencial e simultâneo para orientar o preenchimento do questionário. O e-mail do cursinho esteve à disposição para sanar dúvidas que, porventura, acontecesse, com o objetivo de viabilizar esse apoio ao candidato.

Por fim, nesta adaptação para uma seleção remota, não houve a proposta de elaboração de texto, compreendendo as dificuldades de se realizar tal processo de maneira *online*. Foi solicitado aos candidatos que enviassem um documento de identificação pessoal e um atestado de matrícula ou conclusão escolar, com o intuito de certificar a identidade e a situação de

egresso ou concluinte do ensino médio público.

#### 4. O Processo Seletivo e a Realidade Social das/os Candidatas

A conjuntura contemporânea, marcada pela doença COVID-19, exige do CARDUME a reformulação de suas estratégias, de modo a continuar exercendo seu papel político de promoção ao direito à educação mesmo à distância, considerando as limitações impostas pelo contexto sanitário.

Assim, o momento de seleção dos novos educandos em 2021 ocorreu inteiramente de forma remota, adaptando o instrumental em termos metodológicos e qualitativos, obtendo-se diferentes respostas e resultados, o que possibilitou identificar diversas facetas no perfil de interessados por cursinhos populares. Vale ressaltar que, com a seleção e as aulas ocorrendo a distância, as inscrições poderiam ocorrer a partir de qualquer região, e não apenas na baixada santista, ampliando o campo de interessados.

Na edição anterior à pandemia, realizada no início de 2020, houve a inscrição de 396 candidatos em que, destes, 283 compareceram no local para a realização do processo seletivo, ou seja, uma participação de 71%. Na edição remota, realizada no início de 2021, houve 1325 inscrições, entretanto três fora do prazo estipulado por edital e, portanto, eliminados do certame. Deste modo, a efetiva participação na mencionada edição foi de 99,77%, pois a inscrição e o instrumento de seleção ocorrem de forma simultânea.

Destaca-se que, entre uma edição a outra, o número de interessados pelo cursinho cresceu em 234,60%, representando 929 inscrições a mais que na seleção de 2020. Entretanto, devido à capacidade de educadores do CARDUME, o número de vagas para educandos manteve-se em 110 para ambas as edições.

Em relação ao perfil de inscritos, a seleção presencial obteve 198 candidatas autodeclaradas do sexo feminino, representando 70% do total de inscrições, 83 candidatos do sexo masculino (29%) e apenas um registro em “outros”, especificando-se como *gênero não binário* no espaço de autopreenchimento.



Diante deste cenário, usou-se a mesma pergunta na edição de 2021, porém com espaço de resposta aberta, intencionando menor interferência no auto declarações dos/das/des candidatas/os/es. Com isto, houveram diferentes respostas (homem, mulher, masculino, feminino, sem gênero, gênero fluido e não binário) e, até mesmo respostas adversas à questão, no qual foi respondido a condição/orientação sexual (heterossexualidade e homossexualidade), a reaplicação do próprio nome do/da candidato/a e outros demarcadores culturais como “ másculo”. O mencionado cenário dificultou construir um perfil dos inscritos nos mesmos parâmetros da edição anterior, entretanto, também se notou a predominância das expressões do gênero feminino entre as/os candidatas/os.

Vale destacar que, em relação ao nome social - configuração de pergunta nova entre as edições passadas do CARDUME, o cenário de respostas também foi bastante difuso, de forma semelhante ao gênero, com diferentes interpretações do enunciado, em que 384 candidatos (28,98%) marcaram possuir nome social, entretanto responderam reaplicando o mesmo nome ou com apelidos<sup>4</sup>, com exceção de quatro inscrições em que o primeiro nome registrado se difere do nome social, confirmado pela auto declaração de gênero.

Ademais, ressalta-se que a questão “nome social” foi atribuída pontos, no sentido viabilizar o acesso desse grupo, como mencionado no item anterior deste artigo. Diante das inconsistências das respostas, a equipe organizadora do processo seletivo precisou verificar candidata/o por candidata/o que havia marcado “nome social”, e retirar a pontuação manualmente para os 380 inscritos que não se habilitam para esse critério.

Não obstante, reflete-se que as respostas adversas obtidas nas questões de gênero e nome social remetem a necessidade de ampliar estes debates na educação básica e nas comunidades de modo geral. Uma vez que a ausência de debate nas escolas sobre essa temática gera o desconhecimento em relação a orientação sexual, sexo biológico, identidade e expressão de gênero, prejudicando a interpretação deste tipo de pergunta e no (auto) reconhecimento

---

<sup>4</sup> Exemplos de apelidos respondidos no formulário, no lugar dos nomes sociais: Candidata “Ana Carolina”, com resposta no nome social de “Aninha”, candidata com nome “Maria Eduarda”, com resposta no nome social de “Duda”, entre outros exemplos similares.

destes sujeitos (MADUREIRA, 2007).

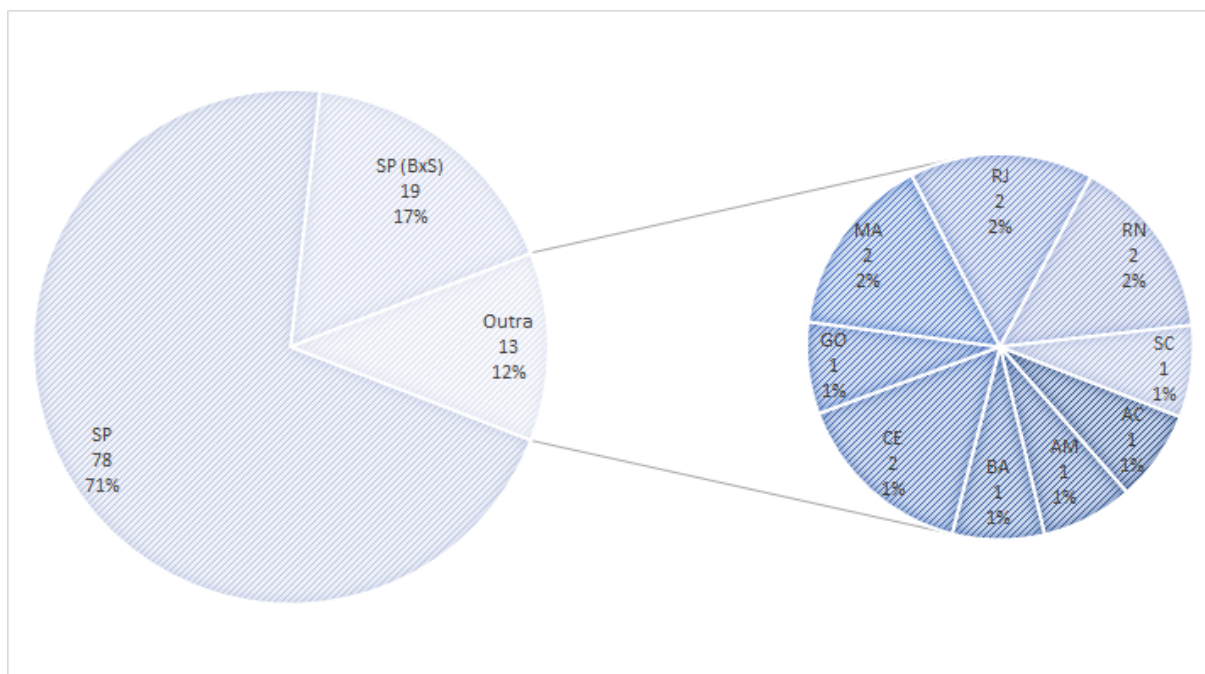
Por outro lado, em relação a identificação da faixa etária dos inscritos, ambas edições apresentaram constâncias e similaridade nos resultados, sendo a maioria dos candidatos na faixa dos 17 anos aos 25 anos, confirmando a vocação do Cardume para receber jovens e adultos interessados em acessar o ensino superior.

Adiante, na questão da região dos novos educandos, percebe-se que no processo de seleção presencial há exclusividade de residentes na baixada santista, devido ao local em que ocorre as aulas do cursinho, em Santos, estado de São Paulo (SP). Deste modo, em 2020 houveram 56 educandos de Santos/SP (51%), 20 de São Vicente (18%), 14 de Cubatão (13%), 13 de Guarujá (12%), 5 de Praia Grande (4%), 1 de Mongaguá (1%) e 1 de Bertioga (1%), resultando nos 110 alunos da turma que teve início com aulas presenciais.

Já em 2021, com a seleção e as aulas na modalidade remota, percebe-se maior variedade territorial, incluindo uma candidatura do Chile. Entre os novos educandos aprovados, há pessoas residentes em Goiás (GO), Maranhão (MA), Ceará (CE), Bahia (BA), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN) e Amazonas (AM), entretanto, participantes do estado de São Paulo (SP) permanecem em predominância, incluindo os residentes da Baixada Santista (BxS). O gráfico a seguir ilustra este cenário:



GRÁFICO I - Distribuição regional dos educandos aprovados em 2021:



Fonte: Elaboração própria

É válido mencionar que a modalidade presencial tende a privilegiar a comunidade local em que o cursinho se insere e, da mesma forma, a inscrição de outras regiões no citado processo seletivo pode expressar a ausência ou a dificuldade de promoção dos cursinhos populares locais. Articulações entre diferentes cursinhos, dentro e entre diferentes regiões, pode ser uma estratégia positiva no sentido de difundir o acesso.

Por outro lado, em relação ao acesso, pontua-se que a estratégia de cotas também se configura como uma importante ferramenta que contribui com a democratização do ensino superior diante da desigualdade racial de acessos que, por sua vez, caracteriza o contexto sócio histórico brasileiro (BARBOSA, 2015).

Demarca-se, portanto, que a população preta, parda e indígena (PPI) brasileira esteve presente desde as origens dos cursinhos populares, tendo em vista os objetivos políticos e sociais deste movimento em promover a equidade no ensino superior (PEREIRA; RAIZER;

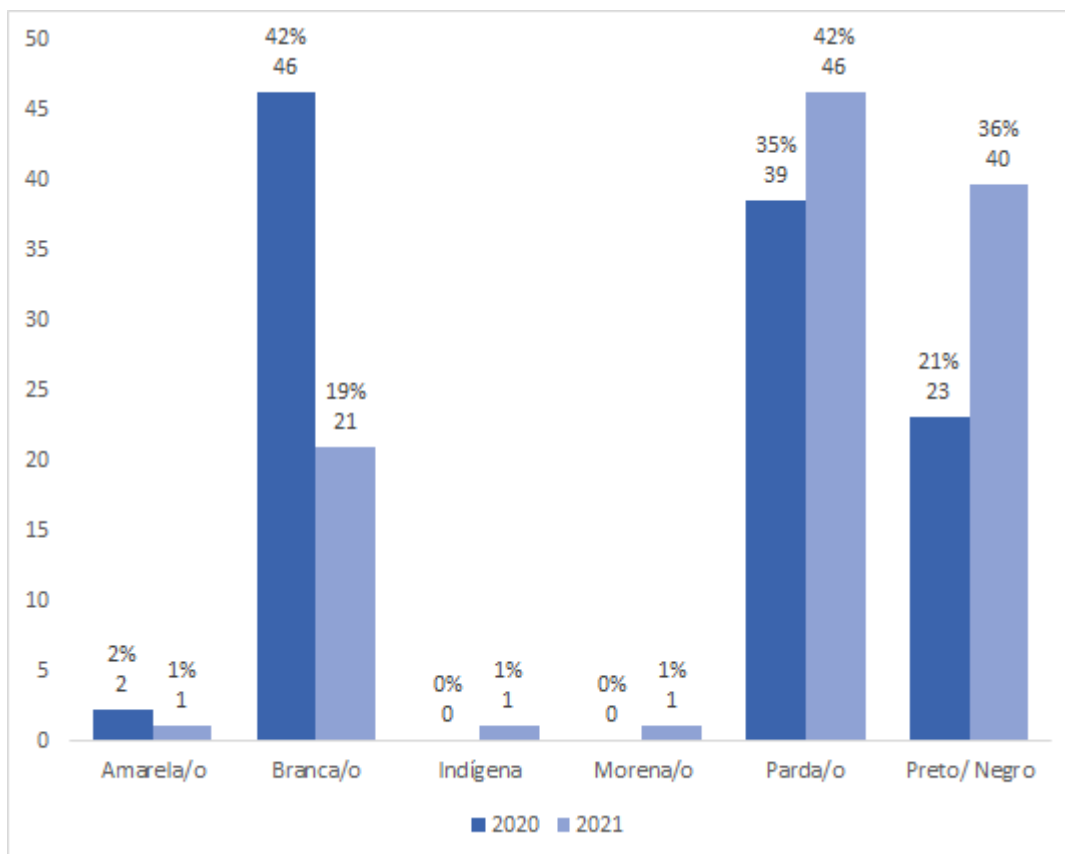
MEIRELLES, 2010). Não suficiente, vislumbra-se como proposta destes cursinhos o ingresso de seus educandos nas instituições públicas, uma vez que marcadores sociais de raça perpassam pelo recorte de renda e classe que, paralelamente, apresenta relações com a desigualdade educacional (OSÓRIO, 2010).

Assim, considerando todo o debate acima destacado, o CARDUME institui cotas para 50% de suas vagas, através da metodologia em que, do montante total de inscritos, seleciona-se primeiro as 55 vagas da ampla concorrência e, após, as 55 vagas apenas com candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas, deste modo, viabiliza-se duas possibilidades de ingresso do grupo PPI, ampliando as possibilidades de acesso do público-alvo dos cursinhos populares.

Vale ressaltar que, em termos metodológicos, a seleção por cotas pautou-se por exclusivo auto declaração, em ambas as edições, uma vez que o CARDUME não possui uma comissão de heteroidentificação instituída que, em caso de existência, necessitaria de metodologia, ritos e normativas próprias. O referido desfalque expressa um auto reconhecida lacuna no processo seletivo, uma vez que sem a comissão torna-se inviável identificar possíveis fraudes e garantir o acesso do grupo PPI (NUNES, 2018), reiterando desafios para o futuro do CARDUME.

De mesmo modo, a edição remota pautou-se por viabilizar ao candidato o autopreenchimento sem estipular opções prévias, incluindo a questão de raça/etnia. Com isso, identificou-se uma diversidade de respostas, como “amarelo”, “miscigenado”, “mestiça”, “morena”, “latino” e “sou branca, porém de linhagem negra, mas me considero branca”, o que ressalta desafios e necessidades de debates e reflexões na sociedade sobre este tema, assim como os temas de sexualidade e identidade de gênero aqui já mencionadas.

GRÁFICO II - Presença do grupo PPI na edição presencial (2020) e remota (2021):



Fonte: Elaboração própria

Outro critério considerado como eliminatório para a participação dos candidatos no processo seletivo foi a condição de ser egresso ou estar no último ano do ensino médio público. A este respeito, na edição de 2020, verificou-se que 225 (80%) candidatos concluíram ou estavam em fase de conclusão dos estudos em escolas públicas de ensino médio, enquanto, na seleção de 2021, o total de candidatos oriundos do ensino público totalizou 1.270 pessoas, subindo esse percentual para 93%. Deste modo, em possíveis interpretações, o mencionado contexto reflete na progressiva capacidade do CARDUME em alcançar seu público-alvo.

Não distante, a declaração de candidatos egressos no ensino superior expressa-se em outro critério eliminatório, considerando que o objetivo do cursinho é viabilizar o acesso à

universidade. Em 2020, registramos 38 inscritos que declararam já ter cursado o ensino superior, em 2021 foi registrado 86 candidatos na mesma condição, entretanto, considerando a diferença no total de inscritos entre as edições, notou-se uma menor presença desses candidatos em 2021, indo de 9,6% para 6,3% do total de inscritos.

Adiante em outros indicadores, porém ainda no espaço educacional, observou-se que na edição presencial houve 45 (11,36%) candidatos que já participaram de algum cursinho preparatório para exames vestibulares. Na edição online, por sua vez, obteve-se 177 (14%) inscrições nesta mesma condição, sendo 25 destes antigos educandos do CARDUME. Estes números podem evidenciar diversos cenários, como a necessidade de se aprofundar nos conteúdos para prestar novamente os processos seletivos, considerando uma possível não aprovação na primeira tentativa ou alguma impossibilidade pessoal para efetivar a matrícula, resultando a sua não inserção na universidade.

Portanto, ao longo da argumentação acima, tem-se um perfil educacional e pessoal dos interessados pelo cursinho. Entretanto, a seleção dos candidatos ocorre exclusivamente por meio de análise socioeconômica, baseando-se nos indicadores de vulnerabilidades (CUTTER, 2011) que são expressos em critérios para essa seleção que, por sua vez, gera uma pontuação aos inscritos, de modo a criar uma lista de educandos a serem convocados para as aulas.

Metodologicamente, organizou-se estes critérios em questões que são respondidas pelo próprio candidato através do instrumental - presencial ou remoto. As mencionadas perguntas foram divididas em três dimensões: situação de moradia, composição familiar e renda.

Considerou-se as limitações estruturais e de recursos humanos do próprio cursinho, uma vez que não há recursos próprios para contratação de uma equipe de profissionais especializados para a realização dos estudos socioeconômicos que, por sua vez, poderia incorporar outras dimensões socioeconômicas, políticas e culturais, bem como, proceder com entrevistas ou visitas de modo a orientar os candidatos e possibilitar maior assertividade na inclusão do público alvo (PAVÃO, GRACIANO, BLATTNER, 2006).

Destarte, no campo da moradia, as mencionadas edições visam identificar o tipo de

moradia; por exemplo, se os candidatos residem em casa, apartamento ou conjuntos habitacionais, bem como, se a moradia é própria, alugada, cedida ou ocupada. Nas duas edições (2020 e 2021), houve mais candidatos residentes em casa / apartamento próprios.

Entretanto, a edição mais recente amplia as opções de resposta na questão da condição da residência, de modo a tornar o processo mais objetivo e contornar os limites da ferramenta digital que dificulta o processo de orientação para preenchimento do formulário. Assim, incorpora-se questões como saneamento, estrutura física e outros serviços comunitários que caracterizam a condição de moradia.

Por outro lado, na dimensão da composição familiar, ambas as edições questionaram a respeito do número de membros da família que residem no mesmo local, porém, na edição online, preocupou-se em detalhar esta pergunta, atribuindo diferentes pontos para criar a classificação na medida em que eram assinaladas a presença de crianças, até 12 anos, segundo o ECA, e de idosos, acima de 60 anos, segundo o Estatuto do Idoso.

Ainda na questão da composição familiar, em ambas as edições houveram questões para identificar se o candidato, ou algum outro membro da família, é deficiente. Compreende-se que tal condição exige cuidados e atenção destes grupos e, da mesma forma, podem apresentar um agravo na condição de vulnerabilidade da família (FIORATI; ELUI, 2015).

A dimensão de renda, por sua vez, esteve presente em ambas edições, almejando identificar indicadores indiretos de renda, como situação de trabalho (formal, informal, desempregado procurando ou não procurando por emprego), bem como, se a família já está inclusa em alguma política social, como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada ou, ainda, o Auxílio Emergencial.

Portanto, através da argumentação acima, percebe-se que o conjunto de elementos, fundamentações, limitações e possibilidades diante o arcabouço histórico e político dos cursinhos constitui, entre suas facetas, o instrumento de seleção dos novos educandos. Não obstante, nota-se que a dinâmica da realidade social, atualmente demarcada pela COVID-19, exige do CARDUME uma reconfiguração de suas estratégias, de modo que o andamento do cursinho e sua contribuição na democratização do acesso ao ensino superior continue.

## 5. Conclusões

As diferenças educacionais, associadas às condições socioeconômicas, são as principais responsáveis pelo quadro de desigualdade social vivenciado no país, de mesmo modo, como é observável pela história, a mobilidade social ascendente depende diretamente dos níveis educacionais aos quais se tem acesso (PAURA, 2013). É diante deste cenário que o debate sobre o direito à educação tem se ampliado. Em 1999, na Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, definiu-se que “o público é o que pertence a todo povo”. Ou seja, nas palavras de Panizzi (2002), a universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum.

Deste modo, Pereira, Raizer e Meirelles (2010) caracterizam a trajetória dos cursinhos populares como uma importante estratégia de democratização do ensino superior, diante do desafiador cenário de desigualdade social brasileiro. Para os mencionados autores, os cursinhos, desde sua criação, estiveram voltados aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, econômica e política.

Com a acentuação dessa desigualdade de acessos no contexto de pandemia, intensificam-se os desafios para o exercício do papel político dos cursinhos populares intrínsecos às suas próprias existências. O referido contexto exige reformulações de diversas ordens, sobretudo no momento de seleção ao considerar os limites de atuação e abrangência destas iniciativas.

O CARDUME, enquanto cursinho popular instituído dentro da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na região de Santos, São Paulo, vê-se na necessidade de compreender a realidade social dos candidatos para que, desta forma, possam pensar e qualificar o instrumento de seleção. A situação excepcional de aulas remotas ampliou a abrangência dos possíveis candidatos, viabilizando o aumento de inscrições contemplando diversas regiões do Brasil e, com isso, modificando o perfil de interessados pelo cursinho - identificado na seleção de 2020 e 2021.

Por mais que a ampliação seja algo desejável, o número de vagas disponíveis não



acompanhou o aumento de inscrições, considerando o quantitativo de professores voluntários existentes. Esse cenário intensificou a concorrência que, por sua vez, manifesta-se em obstáculos para incorporar a demanda local, atendida quase exclusivamente pela seleção de 2020. Essa problemática exigiu do CARDUME a criação de critérios de balanceamento para a seleção, relacionados ao local de moradia do candidato, para manter o vínculo com o território em que o cursinho e a universidade encontram-se.

Essa interpretação da realidade e a revisão dos instrumentos caracterizam-se como uma necessidade para a continuidade e a atualidade dos cursinhos populares, mantendo o objetivo político que fundamenta as bases históricas destes espaços. A seleção, longe de garantir ou contribuir com a equidade social, é uma necessidade estrutural dos cursinhos que, por ser necessária, também precisa ser pensada e repensada. Negar ou negligenciar esse aspecto central dos cursinhos, que viabiliza a entrada de diferentes sujeitos em diferentes condições sociais, poderá assumir um caráter oposto a sua razão político-social.

Desta forma, entende-se que pesquisar e estudar os instrumentos de seleção dos cursinhos populares, abertos a adaptações, é necessário para aperfeiçoar-se e, assim, garantir a inclusão do público-alvo, de forma cada vez mais assertiva, adequando-se ao contexto social e sanitário em que se insere, como foi a situação de crise sanitária de COVID-19. Desafio que não para por aqui, e deve ser continuado por outros pesquisadores e educadores populares.

## 6. Referências

BARBOSA, M. L. de O. Destinos, Escolhas e Democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 252-282, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p256/31533>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº LEI Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [S. l.]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%20Considera-se%20crian%C3%A7a,e%20um%20anos%20de%20idade](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%20Considera-se%20crian%C3%A7a,e%20um%20anos%20de%20idade). Acesso em: 3 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº LEI Nº 10.741**, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. [S. l.]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=1o%20%C3%A9%20instituído%20o,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=1o%20%C3%A9%20instituído%20o,a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 3 jun. 2021.

CARVALHO, J. A. B. A escrita na escola: uma visão integradora. **Revista Interações**, [S. l.], p. 186 - 206, 12 jan. 2014.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 93 | 2011, 59-69.

FARIAS, H. S. de. O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Revista brasileira de geografia econômica**, [s. l.], n. 17, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>. Acesso em: 3 jun. 2021.

FIORATI, R. C.; ELUI, V. M. C. Determinantes sociais da saúde, iniquidades e inclusão social entre pessoas com deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5Cwc8m6hZnTpgprPFHHXgyJ/?lang=pt#B13>. Acesso em: 3 jun. 2021.

MADUREIRA, A. F. do A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola:** a construção de uma cultura democrática. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1610>. Acesso em 15/04/2020.

NUNES, G. H. L. Autodeclarações e comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas. *In*: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. **Heteroidentificação e cotas raciais:** dúvidas, metodologias e procedimentos. 1. ed. Canoas, RS.: IFRS campus Canoas, 2018. cap. 1, p. 11-30. ISBN 978-85-69075-03-5. Disponível em: <http://sitio2.com.br/sites/etnicoracial/publicado/chave01/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil:** 1976-2006. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4274>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PAURA, S. G. O Serviço Social na Educação Superior. *In*: **Serviço Social e Educação**. Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Teixeira de Almeida (organizadores). 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PAVÃO, A. P. A. R.; GRACIANO, M. I. G. BLATTNER, S. H. B. Os indicadores do estudo sócio econômico na construção do relatório social no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 5, n. 5, p.183-216, maio de 2006.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior:: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029/1262>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PEZZI, A. C. Cursinhos – um rito de passagem. In: ANDRADE, R. M. T.; FONSECA, E. F. (Org.). **Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002

TASSIGNY, M.; LUZ, L. M. E. D. Possibilidades de (in) constitucionalidade da implementação de cotas transgeneros no ensino superior brasileiro: O caso da universidade estadual da Bahia. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 225-252, 13 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Cursinho Popular CARDUME - Processo Seletivo. [2020] Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/resultados-cardume>  
Acesso em: 3 jun. 2021.

**DATA DE SUBMISSÃO: 2022-09-12**

**DATA DE APROVAÇÃO: 2023-01-09**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-  
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacion